



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **3000024-74.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Adailton Oliveira Moraes**
 Embargado: **Banco Santander Brasil SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Processo nº 1.804/13

Vistos.

ADAILTON OLIVEIRA MORAIS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de Banco Santander Brasil SA, também qualificado, alegando que o fato de se tratar de renegociação de dívida retiraria ao título as condições de liquidez, certeza e exigibilidade, além do que o credor não teria elaborado planilha de cálculo da dívida, concluindo com a afirmação de que a falta de demonstração das operações renegociadas e a partir das quais emitida a cédula de crédito ora executada não admitiria a conclusão de que estão presentes as condições de liquidez, certeza e exigibilidade, tema que repete para reclamar o acolhimento dos embargos e a extinção da execução.

O banco embargado respondeu que a petição inicial é inepta por não estar acompanhada “*de documentos que comprove a dívida cobrada*” (sic.), aduzindo que o contrato foi regularmente firmado, passando então a tratar de temas que não são objeto do processo, como “*juros acima do permissivo legal*” (sic.), “*inversão do ônus da prova*” (sic.), “*contrato de adesão*” (sic.), “*inocorrência de anatocismo*” (sic.), “*comissão de permanência*” (sic.), “*impossibilidade jurídica de repetição do indébito*” (sic.), para concluir pela improcedência dos embargos.

É o relatório.

Decido.

Em relação às condições de liquidez, certeza e exigibilidade da cédula de crédito bancário, cumpre considerara que, a partir de 23 de agosto de 2010, com a edição da Súmula 14 pela Egrégia Turma Especial da Subseção de Direito Privado II, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ficou estabelecido que “*A cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10931/2004 é título executivo extrajudicial*”.

Também não é acertado dizer que “*o credor não elaborou planilha de cálculo*” (fls. 13) porque a consulta aos autos de execução permite a leitura, às fls. 26/28 justamente dessa memória discriminada do cálculo de evolução e liquidação da dívida.

No que diz respeito à renegociação da dívida, cumpre considerar que, embora seja conhecida a possibilidade de análise dos contratos que a compuseram, não há nesta ação uma impugnação específica em relação a um ou alguns fatos ocorridos nesses negócios anteriores, de modo a permitir a este Juízo conhecer do reclamo e dirigir a prova em relação a eles.

Ora, sabe-se que o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 282, do Código de Processo Civil, a “*expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido*”, requisitos esses que “*a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida*”, pois da clareza desses dados dependerá “*que o réu possa preparar sua defesa*” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS ¹).

Mas não é só: “*atos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO ²).

Assim, se o embargante não faz, como de fato não fez, uma clara descrição dos vícios dos negócios que deram origem à renegociação da dívida, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo se tem decidido que “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ³).

Portanto, o que se conclui é que, o simples fato de que tenha havido uma renegociação de dívida e de que haja “*intenção*” do embargante em analisar o que neles se passou, não lhe aufere a condição de tornar ilíquido, incerto ou inexigível a cédula de crédito ora executada, a propósito da jurisprudência: “*JULGAMENTO ANTECICPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE - Desnecessidade de dilação probatória por ser a matéria de mérito exclusivamente de direito - Preliminar - EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Termo de renegociação de operações de crédito - Documento que possui os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade*” (cf. Ap. nº 9094421-97.1998.8.26.0000 - 8ª Câmara (Extinto 1º TAC) TJSP - 09/05/2001 ⁴).

Os embargos são, pois, improcedentes, cumprindo ao embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos opostos por ADAILTON OLIVEIRA MORAIS contra Banco Santander Brasil SA e CONDENO o embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

¹ MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

² CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

³ LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

São Carlos, 21 de fevereiro de 2014.